

# REPRESENTAÇÕES DA LIBERDADE: tempo na pesca artesanal *versus* tempo fabril

Lúcia Helena de Oliveira Cunha\*

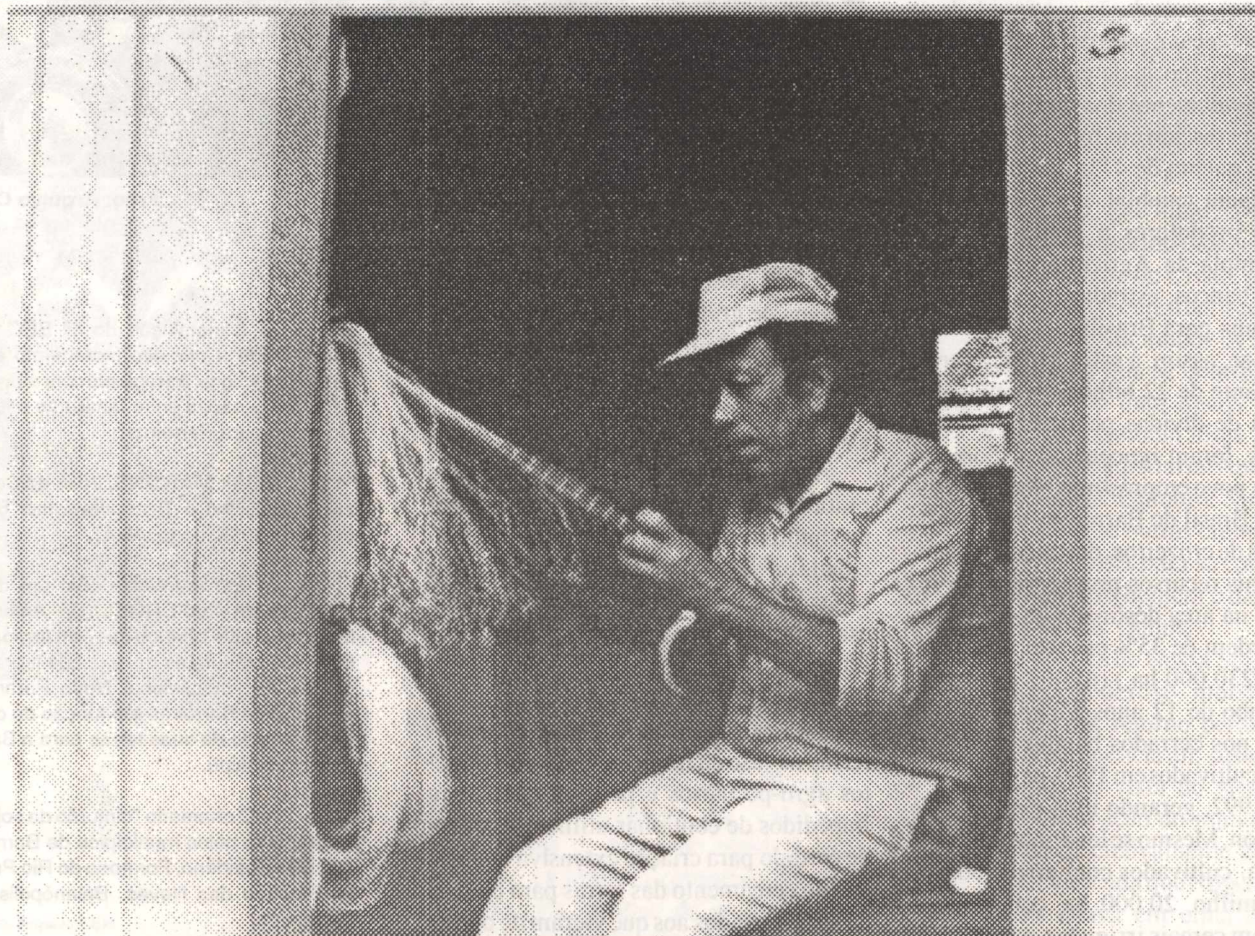


Foto: Lúcia Helena de Oliveira Cunha

**D**izer do tempo do pescador artesanal é, antes de mais nada, aludir às temporalidades que regem a vida social - aos diferentes ritmos humanos que marcam a história em cada época e lugar.

Ao contrário do que é comumente suposto no imaginário ocidental dominante, o tempo não é algo físico - cronológico e linear -, posto pela ordem da natureza, como uma dimensão que se fixa de fora -

por medidas externas -, independente dos homens. Como uma criação cultural, o tempo é, na verdade, imprimido, vivido e representado de modo peculiar em cada contexto histórico-social. Segundo observa Castoriadis, "cada sociedade tem sua maneira própria de viver o tempo, mas: cada sociedade é também uma maneira de fazer o tempo e de o fazer ser o que significa: uma maneira de se fazer ser como sociedade" (1982:243).

Assim, a categoria *tempo* - inscrita na ordem social ou da cultura - consiste em um importante indicador da rede de relações sociais prevalecente numa determinada sociedade.

Se na lógica ocidental, o tempo se apresenta como algo dado, retilíneo ou numa linha de continuidade como uma "sucessão de durações de época" (1), ou, ainda, como "um fluxo mensurável homogêneo, totalmente aritmetizado" (2) -

tal como se afigura no capitalismo -, nem sempre as ordenações temporais assim se puseram na história. Para George Woodcock, com a invenção do relógio "os homens começaram a falar do tempo como se estivessem falando de metros de algodão; assim, agora representado por símbolos matemáticos, passou a ser visto como mercadoria que podia ser comprada e vendida como qualquer outra mercadoria" (1981:122).

Entretanto, para não cairmos na oposição sociedades capitalistas versus sociedades não-capitalistas, contrapondo na história as diferentes ordens do tempo (tempo do relógio x tempo natural, tempo linear x tempo cíclico), é preciso ter em conta o que sugere Gourevitch (1975:277): o tempo social não só difere entre as diversas sociedades históricas, mas no interior de cada uma delas - em suas estruturas internas -, fluindo de modo não homogêneo na consciência e nas representações simbólicas dos diversos segmentos, grupos ou classes sociais.

É nessa direção que temos nos debruçado no tratamento do tema em questão, especificamente na tentativa de apreensão de um tempo e espaço singular - o tempo (e espaço) dos pescadores artesanais. Conquanto estejam inseridos nas teias temporais dominantes, parece-nos que eles não estão nelas definitivamente dissolvidos..

Temos procurado apreender como as categorias tempo (e espaço), em sentido antropológico, manifestam-se na pesca artesanal, tanto em sua significação social concreta, como imaginária, tomando como base, fundamentalmente, um estudo de caso efetuado em Barra da Lagoa, no leste da Ilha de Santa Catarina.(3)

Partindo do contraponto que Thompson (1967) estabelece entre o "tempo natural" - expressão do ritmo das comunidades domésticas - e do "tempo do relógio" - expressão do ritmo dominante nas sociedades industriais modernas - constatamos a presença simultânea e contraditória dessas duas ordens temporais no ritmo do trabalho pesqueiro artesanal, numa situação em que o "velho" e o "novo" se combinam - ou se disjuntam (Cunha, 1987-1990). As considerações que se seguem procuram sintetizar essa idéia, focalizando, particularmente, o modo mediante o qual os pescadores artesanais representam "seu tempo" numa contraposição ao tem-

po fabril.

Logo que se penetra em Barra da Lagoa, em meio às gaiotas que sobrevoam por entre as águas, sinais de "modernidade" saltam à vista nos estilos de casa que beiram a costa do rio (e do morro); nos campings e hotéis reservados aos turistas; nos barzinhos e restaurantes espalhados nos diversos "cantos" do lugar.

Torna-se difícil perceber, nos primeiros lances do olhar externo à localidade, que aí vive o chamado pescador artesanal com um ritmo de vida singular. Integrado já nas malhas da pequena produção mercantil, seu ritmo de vida se aproxima muitas vezes do ritmo da cidade, impulsionado pela invasão turística - especialmente nos veraneios - e crescente urbanização em processo. Apesar disso, esse povoado pesqueiro possui um estilo de vida com um ritmo singular, tanto na organização da economia como no plano sócio-cultural, configurando a ordenação de um outro tempo, ainda que integrado à urbanidade e à dinâmica capitalista.(4)

Tem-se a impressão que, diferentemente do "corre-corre" urbano determinado pelo tempo da fábrica, há, no tempo cotidiano do pescador, um ritmo de vida que pode, por vezes, ser traduzido metaforicamente como um tempo que "corre manso", carregado de ritmos naturais. Um tempo que como tal se manifesta não pela ausência de atividades, mas pelo seu ritmo, cadenciado pelo da natureza, não por um tempo estacionário, mas pela dinâmica própria da atividade pesqueira artesanal. E senão como os Nuer, eles ainda parecem ter sorte!(5)

Embora tal atividade pesqueira esteja intimamente integrada à natureza - a seus ciclos e movimentos -, não é diretamente dela que se pode extrair o ritmo natural: a natureza em si não comanda o ritmo do tempo (Thompson, 1967). É na relação com ela estabelecida, no modo como o pescador se apropria do espaço marítimo e de seus recursos, no modo como encadeiam e se sucedem as atividades no processo de trabalho; nos conteúdos imaginários imprimidos aos domínios pesqueiros - ao mar, ao rio, à lua, às estrelas - que podemos perceber o ritmo natural que regula a vida do pescador artesanal.

Ao entrelaçar água, terra e céu como seus domínios de vida, os pescadores

artesanais revelam possuir uma noção tridimensional do espaço como significado próprio, ao contrário da noção urbana que se manifesta homogênea e horizontalizada. Há que se considerar, entretanto, que com a inserção crescente da pesca na produção mercantil, aquela noção tende a se desintegrar - o céu passa a se por acima dos homens, dissociando-se da vida produtiva e cultural. De todo modo, ainda que difuso e fragmentário, o saber cósmico atua como referência no universo pesqueiro, interferindo na vida produtiva (Cunha, 1989).

Assim, se hoje o ritmo de vida do pescador artesanal não figura mais como "um tempo em que se fazia a hora e a hora que queria nos dias próprios", como atestam as lembranças dos velhos pescadores, num tempo em que iam "buscar o dia" ou no tempo em que o canto do galo os acordava para os trabalhos da pesca, evidenciamos ainda, aí, a presença de um tempo pulsado pelo ritmo natural. Conquanto o capital passe cada vez mais a pressionar por "dentro" as condições de produção, impondo uma nova ordem do tempo, pôde-se depreender do cotidiano do pescador um tempo marcado pela ausência de horários fixos, de uma medida quantitativa que o divide em porções iguais. O tempo na pesca é um tempo que não se conforma homogêneo, cronometricamente estabelecido - segue o movimento da espécie no espaço marítimo: estica ou encolhe de conformidade às condições naturais e sociais da produção que variam no ciclo produtivo, nas diversas safras do ano.

O que se quer realçar é que, mesmo sob o domínio capitalista, o tempo natural ainda flui no cotidiano do trabalho pesqueiro. Tempos que numa relação de simultaneidade - de conjunção e disjunção -, ora estão sob controle do pescador, ora lhe escapam. Nessa relação contraditória, há espaço - ainda que relativo - para o pescador fazer "escolha" da ocasião da ida e retorno ao mar e dos trabalhos em terra, de decidir sobre a atividade: além da necessidade e das condições naturais e sociais objetivas, "disposição" e "decisão" parecem se interpor na execução do trabalho.

Talvez, por isso, exista uma tendência nos pescadores em representarem seu trabalho como marcado pela liberdade. Apesar de não se cansarem em aludir às más

condições que incidem na pesca artesanal (o esforço físico e a dureza do trabalho em si, as variações atmosféricas, a escassez do pescado, as oscilações do mercado, a superexploração do intermediário na circulação do peixe, a invasão dos barcos grandes em seus territórios, etc.), quando comparados aos assalariados da fábrica - mesmo que imersos nos fetiches da modernidade - costumam exaltar seu ritmo de vida e "seu" espaço como: - "Aqui tem liberdade!"

Subjacente a isso está o modo através do qual os pescadores artesanais imaginariamente representam seu espaço - "o mar é de ninguém, o mar é de todos" -, o que expressa uma noção de territorialidade bastante singular, pautada na infinitude, na imensidão do espaço e na ausência da propriedade. Isso sugere uma visão de liberdade carregada de componentes simbólicos - reais e ilusórios - que parece atuar na apropriação e utilização do meio e de seus recursos (Cunha, 1987-89). Lugar de trabalho e vida, o mar, é, pois, um espaço pleno de significações com características singulares ao universo produtivo e cultu-

ral do pescador artesanal.

O que emerge dessas falas é uma noção de *tempo e espaço* que nitidamente se opõe às vigentes no contexto urbano-industrial: "no mar, o camarada tem sua vida, vai a hora que quer, em terra está preso-cativo; na fábrica ou no serviço seja lá o que for, eu tenho que ir possa ou não possa, sou obrigado, na pesca ganho mais e eu me mando".

É interessante notar como a oposição entre os dois espaços mar x terra - que marca cotidianamente a vida do pescador de modo complementar - aparece nessa fala retraduzida pela oposição pesca x fábrica.

Se em quase todos os depoimentos colhidos figura uma crítica das condições salariais advindas dos serviços de terra, outros componentes colocam em questão a estrutura da fábrica e a disciplina de trabalho que aí vigora.

Enquanto, no mar, o trabalho tende sempre a ser focalizado como pesado, em oposição a terra, onde prevalece serviços leves, na representação de grande parte dos entrevistados a pesca contempla uma

liberdade ausente nos serviços da terra. Quando tais serviços são identificados com o trabalho fabril, o trabalho é percebido como cativo, monótono, sem alegria e prazer, desprovido de liberdade de movimentos - de controle sobre o tempo. Neste caso, a ordenação do tempo se faz, do que foi possível deprender, em função de um "patrão que cutuca, que manda, que impõe horários" - de uma disciplina que escraviza.

Isso põe outra questão: o modo como a categoria patrão é construída nos dois espaços - na pesca e na fábrica, no mar e na terra.

A ideologia de autonomia do pequeno produtor pesqueiro faz uma avaliação ou uma crítica da dominação social, fundada não, necessariamente, numa visão de mundo sem patrões (pelo menos, neste contexto), mas de um determinado tipo de patrão que figura nos serviços em terra, na fábrica - "lá o patrão cutuca, obriga". Isso nos induz a pensar que no universo da pesca, a presença do patrão (categoria encarnada seja pelo dono, seja pelo encarregado) não é, em essência, questionada. Como uma



Foto: Lúcia Helena de Oliveira Cunha

categoria socialmente naturalizada, parece haver, na verdade, tipos de patrão, cuja figuração legítima ou não a submissão: que corresponde à unidade fabril e à correspondente ao universo pesqueiro: “lá (na fábrica) tem que sujeitar ao que vir, se o patrão mandar arrancar pedra, tem que arrancar pedra”.

O que importa marcar, aqui, é a crítica presente no universo de representações do pescador ao regime de mando da fábrica - ao tempo do relógio - como algo que não se coaduna com a noção de liberdade construída no ritmo da atividade pesqueira. A rigor muitas nuances se interpõem no sentido de suas falas que não se configuram homogêneas, harmônicas, a expressar as próprias transformações sociais do tempo e espaço do núcleo pesqueiro; e, principalmente, os modos como os segmentos internos no mundo da pesca (“donos”, “proeiros”, velhos e moços) se apropriam e reapropriam da noção do tempo social.

Apesar disso - e abstraindo tais especificidades -, sobressai daí a exaltação da liberdade de viver do mar (ou das águas) de modo permanente ou eventual. Mesmo que embarcados na pesca industrial ou executando serviços terrestres, parecem ter na pesca, ou nas águas sua referência vital.

Outro aspecto que merece reflexão sobre o significado da pesca no universo de representação do pescador artesanal, enquanto espaço possível de realização de uma certa autonomia, vincula-se à própria forma como se deu o percurso dessa atividade na história, particularmente em Santa Catarina. (Aspectos que, em linhas gerais, também evidenciam-se na pesca artesanal do Nordeste).

Embora a pesca tenha surgido associada à lavoura, tal como ocorre na instalação da pequena produção no Brasil, em seu desenrolar histórico passa a constituir uma atividade “autônoma”. Nesse contexto, conforme Bonim (1984), não apenas se recria enquanto pequena produção, como ganha especificidade, na medida em que os ex-lavradores passam a se dedicar exclusivamente a ela.

Tal processo tem lugar na expansão do capitalismo no campo que, ao desarticular as formas “tradicionais” aí existentes, não oferece possibilidades à reprodução



social dos lavradores, levando-os a migrar na busca de novas alternativas. A pesca se apresenta como uma delas. Segundo Bonim, tal movimento consiste na esperança de preservar o trabalho independente. Todavia, se os imperativos da história demonstram para a autora que essa é apenas uma etapa da metamorfose através da qual passa de lavrador-pescador a assalariado do mar, é preciso considerar que tal não ocorre de modo indiferenciado, mas através de processos contraditórios. Nessa direção se situa o pensamento de Diegues ao analisar a tendência de o pescador artesanal se transformar em proletário do mar, observando, no entanto, que: “há indicações de que a proletarização não seja um processo unilinear e inevitável. Em muitos casos, dá-se de uma convivência ou articulação de formas diferenciadas de produção. Essa articulação ganha características específicas distintas das que ocorrem em outros setores da divisão social da produção.” (1983:3)

Tendo em vista a não-linearidade do processo em que o pescador artesanal se separa de suas condições naturais e sociais da produção, torna-se imperioso, pois, resgatar o significado dessa passagem em que o novo e o velho se entrelaçam, de ricas e distintas maneiras: seja para os trabalhadores da agricultura, seja para os que historicamente extraíam do cultivo (ao lado da pesca) sua sobrevivência básica, seja para aqueles que por razões históricas praticam a atividade pesqueira de modo

“independente”.

Tais considerações sugerem algumas reflexões: de um lado, a necessidade de rompermos com a concepção temporal dominante, na qual muitas vezes a razão científica moderna se assenta: passado, presente e futuro aí se relacionam de modo retilíneo; a passagem ou a travessia (de um tempo a outro, de um espaço a outro) tende a ser vista meramente como um ponto entre o “velho” e o “novo”, ou, como faz sugerir Duarte (1986), apenas “como um tempo que medeia”. É imperioso pensarmos no modo através do qual as diferentes ordens do tempo se articulam numa relação de simultaneidade histórica, do modo contraditório ou ambivalente; em vez de “isto ou aquilo”, temos “tradição e modernidade” como processos que a um só tempo, numa mesma situação histórica, se conjugam ou disjuntam (Cunha, 1992).

De outro lado, as colocações aqui feitas implicam na necessidade de pensarmos como os processos sociais são concomitantemente, eivados de significação material e ideal (Godelier, 1981). Como visto, mesmo com conteúdos ideológicos, há no interior da pesca artesanal uma noção de liberdade que encompassa as relações dos pescadores com a natureza e com os outros homens. Um modo de vida marcado por contradições, envolto nas redes capitalistas, que estranha, porém, o tempo aí prevalecente.

Até quando? Laços que afastam, laços que se aproximam, laços em tensão e

conjunção - faces diversas, díspares. Liberdade real e ilusória. (6)

\* **Lúcia Helena de O. Cunha é antropóloga, professora da Universidade Federal da Paraíba (Campus II) e consultora do Núcleo de Apoio à Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras - USP.**

#### NOTAS

(1) WHITHEAD, L. apud LEACH, Edmund in: Dois Ensaios a Respeito da Representação Simbólica do Tempo. In: Repensando a Antropologia, 1984, p.193.

(2) CASTORIADIS, Cornelius in: A Instituição Imaginária da Sociedade, 1982. p.244.

(3) Embora a reflexão aqui apresentada decorra - na forma de síntese - diretamente deste estudo, que resultou na dissertação de mestrado intitulada: "Entre o mar e a terra - tempo e espaço, em Barra da Lagoa" (São Paulo, PUC, 1987), muitas dessas colocações são pertinentes também a incursões e trabalhos de pesquisa que efetuamos no litoral norte do Paraná e litoral de João Pessoa (PB) nos anos de 1989 e 1990 respectivamente, pelo Núcleo de Apoio a Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras (USP).

(4) Não nos foi possível considerar, aqui, as transformações mais recentes ocorridas no povoado pesqueiro em foco, dado o limite desse artigo e não-sistematização das informações que o atualizam nesses últimos anos. Tomamos como hipótese que as tendências e características gerais ainda permanecem, em que pesem o ritmo veloz de mudanças instauradas no lugar. Temos considerado que o "tempo natural" é intrínseco a essa modalidade pesqueira; sua desagregação total implica necessariamente, e tão somente uma ou-

tra ordem de tempo.

(5) Mesmo tratando tais dimensões em uma cultura tribal da África Oriental, Evans-Pritchard em "Os Nuer", mostra como esse grupo coordena o tempo como uma relação entre as várias atividades. Pra ele, parece que "os Nuer não têm que lutar contra o tempo (...) como uma passagem abstrata (...), porque seus pontos de referência são as próprias atividades que tem o caráter de lazer". E nesse sentido, assinala que "Os Nuer têm sorte", p.109-150.

(6) Algumas dessas formulações estão em "Raízes" - publicação dos Mestrados em Economia e Sociologia da UFPB - Campina Grande, Paraíba, núm. 7, 1990. Ver também CUNHA, Lúcia Helena de O. "A Pesca Artesanal versus... - Tempo e Espaço da Liberdade?" (cap. 8). In: "Entre o Mar e a Terra", 1987, p. 216-235.

#### BIBLIOGRAFIA

1. BONIN, Anamaria Aimoré. A pesca e seus trajetos: um estudo dos pescadores artesanais do Canto da Praia de Itapema. São Paulo, PUC, 1984 (Tese de Doutorado).

2. CASTORIADIS, Cornelius. A Instituição Imaginária da Sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

3. CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. Entre o mar e a terra - tempo e espaço na pesca em Barra da Lagoa (SC). São Paulo, PUC, 1987 (dissertação de mestrado).

4. - - - - - Tempo Natural e Tempo Mercantil na Pesca Artesanal. II Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil. São Paulo, 1988. (Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil - USP).

5. - - - - - Espaço e Territorialidade no Universo da Pesca Artesanal. III Encontro de Ciências Sociais e o Mar, São Paulo, 1989. Coletânea de Trabalhos

Apresentados (Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil - USP).

6. - - - - - Tradição e Modernidade concepções da natureza no mar e na floresta. São Paulo. PUC, 1992 mimeo. (inédito).

7. - - - - - O pescador na ótica Urbano-Industrial. Raízes núm. 7, publicação dos Mestrados de Economia e Sociologia, UFPB, Campina Grande - PB.

8. DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. São Paulo: Ática, 1983.

9. DUARTE, L. F. O tempo social. Museu Nacional. Rio de Janeiro, Snt.

10. EVANS-PRICHARD, E. Tempo e Espaço. In: Os Nuer. São Paulo: Perspectiva, 1978.

11. GODELIER, Maurice In: CARVALHO, Edgard de Assis (org) GODELIER. São Paulo, Ática, 1981.

12. GOUREVITCH, A. Y. In: RICOUER, Paul et alli (org); As Culturas e o Tempo. Petrópolis: Vozes, 1975.

13. PAZ, Octavio. Conjunções e Disjunções. São Paulo: Perspectiva, 1979.

14. THOMPSON, E. P. Time, Word - Disciplina and Industrial Capitalism, in Past and Present, n. 38, 1967.

15. WOODCOCK, George. A Ditadura do Relógio. In: Woodcock, G. (org). Os Grandes Escritos Anarquistas. Porto Alegre: L & PM Editores, 1981.

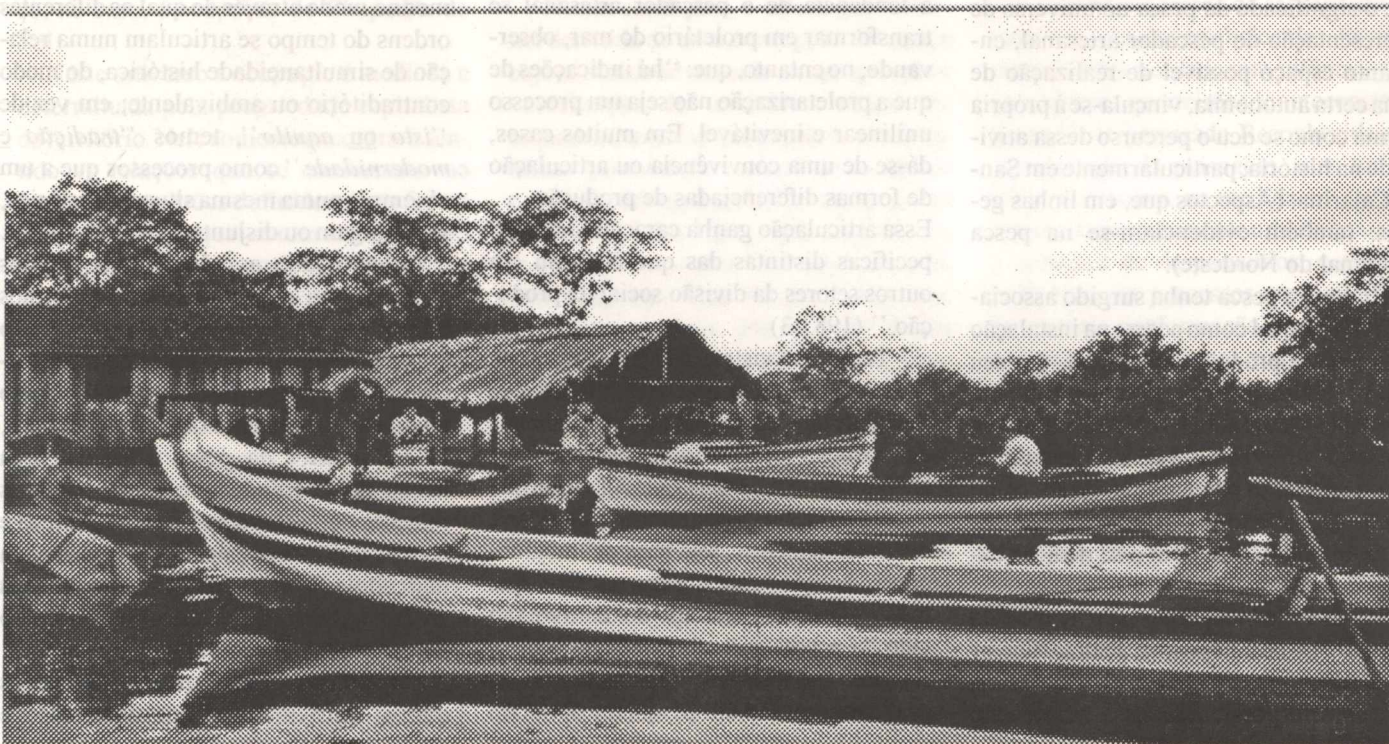


Foto: Lúcia Helena de Oliveira Cunha